



**LEI MUNICIPAL Nº 727/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE  
CAMPO NOVO DE RONDÔNIA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA:** Faço  
saber que a Câmara Municipal Decreta e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

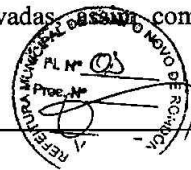
Art. 1º. Os serviços funerários realizados no Município de Campo Novo de Rondônia são considerados de caráter essencial e poderão ser prestados pela iniciativa privada, nos termos previstos nesta Lei, Decretos Regulamentadores e demais legislação Estadual ou Federal aplicável à matéria.

§ 1º. Os serviços regulamentados por esta Lei possuem caráter de essencialidade, e serão prestados por empresas funerárias privadas, mediante Permissão de Serviços e, quando for o caso, precedida de Processo de Licitação.

§ 2º. O número de permissões para implantação de serviços funerários obedecerá a proporção de um estabelecimento para cada 5.000 (cinco mil) habitantes, podendo tal proporção ser revista pelo Poder Público de Campo Novo de Rondônia.

Art. 2º. Para efeitos desta lei, entende-se por empresa funerária a pessoa jurídica de direito privado permissionária dos seguintes serviços funerários:

- a) confecção e comercialização de urnas funerárias, adornos e demais materiais utilizados em cerimônias fúnebres;
- b) organização de velórios;
- c) transporte e traslado de cadáveres e restos mortais;
- d) preparo de corpos, embalsamamentos e tanatopraxia, para sepultamentos e traslados, além de cremação;
- e) administração e venda de planos de assistência familiar e funeral;
- f) administração de capelas velatórias privadas, assim como de cemitérios e crematórios privados.





**PODER EXECUTIVO**

**Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia**

- g) Outras atividades que venham a ser incluídas através de Decreto pela Administração Pública, que pela sua natureza tenham as mesmas finalidades previstas nesta Lei.

**Art. 3º. VETADO.**

**§ 1º. VETADO.**

**§ 2º. VETADO.**

**Art.4º. VETADO.**

**§ 1º. VETADO.**

**§ 2º. VETADO.**

**§ 3º.** O Município poderá fixar, também, através de Decreto, preços máximos para determinados produtos comercializados pela Permissonária, tais como: Flores, vestuários, adornos, velas, placas, etc.

**§ 4º.** A inobservância dos preços máximos fixados pelo Poder Público de Campo Novo de Rondônia, caracterizará falta grave, punível nos termos da presente Lei, no mínimo com pena de multa.

**§ 5º. VETADO.**

**§ 6º.** Os valores, fixados através de Decreto do Executivo Municipal, previstos nos §§ 2º e 3º deste artigo, deverão ficar expostos, nas empresas funerárias, em local visível e de fácil consulta.

**Art.5º.** Atento ao princípio da Livre concorrência, as empresas funerárias com sede em outros municípios poderão habilitar-se para a execução de serviços funerários no Município de Campo Novo de Rondônia, devendo recolher o Imposto sobre Prestação do Serviço, aos cofres da Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia.

**§ 1º.** Fica permitido às empresas funerárias com sede em outros municípios, desde que assim pretendido pelos familiares enlutados, a remoção de corpos para o Município de Campo Novo de Rondônia, e vice-versa, desde que apresentem documentos que comprovem a existência da empresa constituída regularmente para a prestação de serviços funerários.





PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

§ 2º. As empresas com sede em outros municípios poderão prestar serviços neste Município, para transladar e sepultar corpos no município sede da empresa, assim como transladar de outros municípios para Campo Novo de Rondônia, sendo da vontade dos familiares enlutados.

§ 3º. **VETADO.**

Art.6º. Fica garantida à família enlutada a livre escolha da empresa funerária prestadora de serviços.

Art.7º. São obrigações das empresas funerárias:

- I. manter atualizado o seu Cadastro Municipal, no que respeita às alterações de endereços ou de denominação social;
- II. apresentar ao Município, quando solicitado, a escrituração contábil da empresa para fins de fiscalização;
- III. prestar os serviços funerários das 8h00min às 18h00min, quando em dias normais e durante vinte e quatro horas, ininterruptamente, quando em escalada de Plantão;
- IV. atender e fornecer materiais e serviços funerários para a população de baixa renda, com os tipos e padrões caracterizados nesta lei, em consonância com o artigo 4º, inciso I;
- V. **VETADO;**
- VI. dispor de uma sede própria ou em posse, comprovada através de Certidão de Matrícula do Registro de Imóveis, Contrato de Locação, ou cadastro de Imóveis da Prefeitura Municipal, e que contenha:
  - a) sala de recepção;
  - b) sala de exposição para ataúdes e materiais correlatos;
  - c) sala de manuseio de preparação de cadáveres;
  - d) depósito para estoque de materiais;
  - e) dependência para plantonista;
  - f) banheiros masculino e feminino;
  - g) copa.
- VII. **VETADO;**
- VIII. **VETADO;**
- IX. dispor de funcionários qualificados, bem como dispor de, no mínimo, um (01) tanatopraxista, habilitado e com certificado e/ou diploma emitido por instituição de ensino reconhecida.





PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

- X. expedir Nota Fiscal de Materiais e Serviços, onde constem todos os materiais e serviços prestados;
- XI. **VETADO;**
- XII. seguir as orientações legais e técnicas, oriundas da Secretaria Municipal da Saúde, quando se tratar de doações de cadáveres às instituições culturais ou científicas, bem como quando se tratar de cremação de cadáveres, desenterramento e incineração de ossos.

Parágrafo único. As atuais empresas permissionárias terão um prazo 180 (cento e oitenta) dias para satisfazer eventuais necessidades de adequação ao que dispõe o presente artigo.

Art.8º. É vedado às empresas funerárias, aos seus proprietários ou prepostos:

- I. proceder, de qualquer modo, por si ou pessoas interpostas, no agenciamento de prestação de materiais e serviços funerários, bem como manter plantões e oferecer serviços em hospitais, casas de saúde, delegacias de polícia e departamentos médicos legais;
- II. cobrar materiais e serviços padronizados acima do valor estabelecido, anualmente, por Decreto emitido pelo Poder Executivo Municipal;
- III. exibir urnas e artigos funerários em local visível ao público que passe em frente ao seu estabelecimento;
- IV. sepultar cadáveres fora da área dos cemitérios;
- V. criar qualquer transtorno, embaraço ou situação constrangedora aos familiares do (a) falecido (a), seja antes da liberação do corpo, durante o transporte, realização do velório ou sepultamento, ou após tais procedimentos.
- VI. impedir empresa autorizada de prestar serviço ou dificultar-lhe o atendimento a família do (a) falecido (a);
- VII. ofender moralmente durante trabalhos funerários, proprietários de outras empresas funerárias, familiares ou amigos do (a) falecido (a).
- VIII. dificultar o atendimento através da retenção indevida de documentos, seja aos parentes do (a) falecido (a), seja para a empresa que tenha sido selecionada pelos parentes enlutados para prestar o atendimento.
- IX. ameaçar, tentar intimidar ou coagir, familiares enlutados, com o fim de obter para si os serviços funerários, ou praticar tais atos contra proprietários ou prepostos de outras empresas funerárias, com o fim de dificultar-lhes a prestação do serviço.





PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

Parágrafo único. A infração ao disposto neste artigo acarretará a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos da legislação municipal existente, bem como na aplicação das seguintes penalidades:

- I. advertência por escrito em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de multa, a qual será sucessivamente dobrada a cada infração, independentemente de outras sanções previstas nesta lei;
- II. apreensão e perda em favor da municipalidade de artigos e materiais utilizados pelos infratores;
- III. suspensão das atividades por quinze (15) dias;
- IV. suspensão das atividades por trinta (30) dias;
- V. suspensão das atividades por sessenta (60) dias;
- VI. multas de R\$1.000,00 (um mil reais), R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme a gravidade da infração;
- VII. cassação do alvará e cancelamento do contrato de permissão.

§ 1º. As penalidades previstas neste artigo não seguem escala progressiva, podendo ser aplicadas diretamente, em quaisquer das suas modalidades, conjunta ou separadamente, conforme a natureza e gravidade da infração.

§ 2º. As infrações previstas nos incisos V, VII e IX, deste artigo, determinará, obrigatoriamente, a aplicação conjunta de uma pena de multa e uma de suspensão, não impedindo a aplicação de pena mais severa, dosada em conformidade com a gravidade do ato praticado.

§ 3º. As multas impostas, em decorrência desta Lei, deverão ser pagas pelo infrator no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da ciência da Notificação e, não sendo pagas no mencionado prazo será determinada a remessa do Processo Administrativo para inscrição do débito em dívida ativa, sem prejuízo da instauração de outras medidas eventualmente cabíveis.

Art. 9º. O Município, ao tomar ciência de qualquer infração, promoverá sua apuração, mediante processo administrativo próprio; assegurado o princípio da ampla defesa que será instruído no mínimo com os seguintes elementos:

- I. cópia do auto de infração, com relatório circunstanciado da situação verificada;
- II. cópia da notificação, indicando o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa pelo infrator;
- III. despacho da autoridade pública responsável pelo controle e fiscalização do Serviço Funerário Municipal com aplicação de penalidade cabível.





PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

§ 1º. Havendo a constatação da caracterização das infrações previstas nos Incisos V, VII e IX, o Poder Público do Município de Campo Novo de Rondônia, deverá, obrigatoriamente, encaminhar solicitação à Delegacia da Polícia Civil da Comarca, para instauração de Inquérito policial, com o objetivo de penalizações criminais, caso houver.

§ 2º. A apuração através de processo administrativo será efetuada por comissão especialmente constituída para tal fim, devendo os trabalhos de conclusão, não ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º. Caso a instauração do processo administrativo previsto no parágrafo anterior seja fundada nas infrações previstas nos incisos V, VII e IX, do art. 8º, desta Lei, a permissão da Permissionária Infratora ficará suspensa automaticamente até a conclusão do apuratório, ficando vedada, à empresa Permissionária, a prestação de qualquer serviço durante o período da suspensão.

§ 4º. Concluídos os trabalhos de apuração administrativa, a comissão deverá elaborar relatório e parecer conclusivo, sendo então o mesmo encaminhado à assessoria jurídica do Executivo Municipal, que se manifestará sobre o referido parecer, sendo então encaminhado o processo ao senhor Prefeito Municipal que decidirá quanto a aplicação ou não de quaisquer das penalidades previstas nesta Lei.

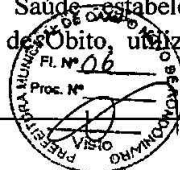
§ 5º. **VETADO.**

Art.10. Os veículos de transportes funerários deverão conter identificação da empresa funerária, nas suas partes lateral e traseira e serão vistoriados anualmente por órgão designado pelo Poder Executivo Municipal, com a fixação de selo de fiscalização sanitária, contendo o prazo de validade.

Parágrafo único. É vedado às empresas funerárias o transporte de cadáveres em veículos não adaptados, exceto para os casos de transporte de crianças de até um (1) ano de idade.

Art.11. Ficam autorizadas a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria de Ação Social para atuarem como órgãos de fiscalização dos serviços funerários no Município de Campo Novo de Rondônia.

Art.12. A Secretaria Municipal de Saúde estabelecerá os procedimentos necessários para que os formulários de Declaração de Óbito, utilizados fora do horário de





PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

expediente ou em dias feriados, sejam entregues diretamente aos médicos devidamente identificados ou hospitais.

§ 1º. Cabe à Secretária Municipal de Saúde expedir ordem de traslado de cadáveres vinte e quatro (24) horas por dia, ininterruptamente, conforme legislação em vigor.

§ 2º. Cabe a Polícia Civil expedir autorização de traslado de cadáveres.

Art.13. A liberação e retirada do cadáver, pela família e/ou pela empresa funerária por ela autorizada, somente poderá ocorrer após a entrega da Declaração do Óbito pelo médico responsável;

Art.14. Os estabelecimentos hospitalares e casas de saúde ou do gênero, assim como todas as empresas funerárias permissionárias, deverão afixar em quadro mural, de avisos ou em local apropriado, o nome, endereço e telefone de todas as empresas funerárias devidamente habilitadas para a prestação de materiais e serviços funerários no Município de Campo Novo de Rondônia.

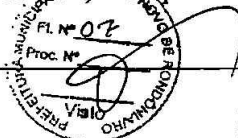
Art.15. É vedado aos hospitais e casas de saúde ou do gênero destinar local em suas dependências para funcionários, prepostos e/ou representantes das empresas funerárias, assim como permitir a preparação, higienização, vestimenta ou manuseio de cadáver dentro de suas dependências, exceto aqueles indispensáveis para retirada do mesmo.

Art.16. As empresas funerárias, assim como os cemitérios privados, são obrigados a entregar à Secretaria Municipal de Saúde, até o quinto dia útil do mês subsequente ao findo, a relação nominal e completa dos sepultamentos realizados, contendo o nome do “de cujos”, data do óbito, local de origem, nome da empresa que realizou o serviço funerário, com documentos de traslado quando for o caso.

Art.17. Todas as entidades públicas ou privadas, nominadas nesta lei, deverão afixar em suas sedes aviso contendo os seguintes dizeres:

**“PARA SUA PROTEÇÃO, DENUNCIE AO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, SE RECEBEU RECOMENDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FUNERÁRIA”.**

Art.18. As empresas funerárias que se encontram em funcionamento terão, a partir da entrada em vigor desta Lei, prazo de cento e oitenta (180) dias para regularizarem suas





**PODER EXECUTIVO**  
Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

situações, enquadrando-se nas condições aqui expressas, sob pena de cassação imediata da permissão e do alvará de licenciamento.

Parágrafo único. Empresas com sede em outros municípios, habilitadas ou não, que infringjam as normas desta Lei poderão ser proibidas de realizar serviços funerários, buscar ou retirar corpos no âmbito do Município de Campo Novo de Rondônia.

Art. 19. Na observância da contagem dos prazos previstos nesta lei, será considerado como prazo inicial (termo) o primeiro dia útil subsequente ao da ciência do ato.

Art.20. **VETADO.**

Parágrafo único. **VETADO.**

Art. 21. A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo, em especial nas suas omissões.

Art. 22. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 663/2014.

**OSCIMAR APARECIDO FERREIRA**  
Prefeito

